

Praticando

Solução
Editora
a solução para o seu concurso!

CONSULPLAN

800

QUESTÕES

QUESTÕES GABARITADAS

- › Língua Portuguesa
- › Matemática e Raciocínio Lógico
- › Informática
- › Direito Constitucional
- › Direito Administrativo
- › Administração Geral e Pública
- › Direito Penal
- › Direito Processual Penal
- › Direito Civil
- › Direito Processual Civil



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



INSTITUTO CONSULPLAN

CADERNO DE QUESTÕES GABARITADAS

800 questões gabaritadas



CÓD: SL-161JH-26
7901183001200

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática e Raciocínio Lógico	71
3. Informática.....	91
4. Direito Constitucional	115
5. Direito Administrativo.....	139
6. Administração Geral e Pública	163
7. Direito Penal	193
8. Direito Processual Penal	217
9. Direito Civil.....	237
10. Direito Processual Civil.....	263

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (Instituto Consulplan - 2024)

Texto para responder a questão. Leia-o atentamente.

Fizeram a gente acreditar

Fizeram a gente acreditar que amor mesmo, amor pra valer, só acontece uma vez, geralmente antes dos 30 anos. Não nos contaram que amor não é acionado nem chega com hora marcada.

Fizeram a gente acreditar que cada um de nós é a metade de uma laranja, e que a vida só ganha sentido quando encontramos a outra metade. Não contaram que já nascemos inteiros, que ninguém em nossa vida merece carregar nas costas a responsabilidade de completar o que nos falta: a gente cresce através da gente mesmo. Se estivermos em boa companhia, é só mais agradável.

Fizeram a gente acreditar numa fórmula chamada “dois em um”, duas pessoas pensando igual, agindo igual, que isso era que funcionava. Não nos contaram que isso tem nome: anulação. Que só sendo indivíduos com personalidade própria é que poderemos ter uma relação saudável.

Fizeram a gente acreditar que casamento é obrigação e que desejos fora de hora devem ser reprimidos.

Fizeram a gente acreditar que os bonitos e magros são mais amados, que os que pouco se relacionam são caretas, que os que se relacionam muito não são confiáveis, e que sempre haverá um chinelo velho para um pé torto. Só não disseram que existe muito mais cabeça torta do que pé torto.

Fizeram a gente acreditar que só há uma fórmula de ser feliz, a mesma para todos, e os que escapam dela estão condenados à marginalidade. Não nos contaram que estas fórmulas dão errado, frustram as pessoas, são alienantes, e que podemos tentar outras alternativas. Ah, nem contaram que ninguém vai contar. Cada um vai ter que descobrir sozinho. E aí, quando você estiver muito apaixonado por você mesmo, vai poder ser muito feliz se apaixonar por alguém.

(MEDEIROS, Martha. *Trem-abala*. 1ª ed. 2018. Adaptado.)

Assinale, a seguir, a palavra que está com a ortografia **INCORRETA**.

- (A) Utopia.
- (B) Admitir.
- (C) Entusiasmo.
- (D) Bem querer.

2. (Instituto Consulplan - 2024)

O pavão

Eu considerei a glória de um pavão ostentando o esplendor de suas cores; é um luxo imperial. Mas andei lendo livros, e descobri que aquelas cores todas não existem na pena do pavão. Não há pigmentos. O que há são minúsculas bolhas d'água em que a luz se fragmenta, como em um prisma. O pavão é um arco-íris de plumas.

Eu considerei que este é o luxo do grande artista, atingir o máximo de matizes com o mínimo de elementos. De água e luz ele faz seu esplendor; seu grande mistério é a simplicidade.

Considerei, por fim, que assim é o amor, oh! minha amada; de tudo que ele suscita e esplende e estremece e delira em mim existem apenas meus olhos recebendo a luz de teu olhar. Ele me cobre de glórias e me faz magnífico.

(BRAGA, Rubem. *Portal da Crônica Brasileira*, 1958.)

As palavras a seguir estão escritas corretamente segundo as normas ortográficas, EXCETO:

- (A) Singelo.
- (B) Entusiasmo.
- (C) Bem-querer.
- (D) Espontaniedade.

3. (Instituto Consulplan - 2024)

Leia o Texto.

Caixa de sapato

“Preciso de um tempo.” Foi o que ela disse... Ou melhor, foi o que ela quis dizer.

Nas entrelinhas do que escreveu, estava lá: me dê um tempo. Motivo, ou desculpa, também havia. Não chamaria de motivo bobo; pelo contrário, era um motivo que eu respeitava, assim como respeitaria qualquer decisão dela.

O problema é que eu estava cego... Cego de amor. Confesso que mesmo que parecesse tão claro o que aconteceria em seguida, ainda me restou uma dúvida, uma esperança. Foi como se ela me jogasse de um precipício, mas segurasse uma de minhas mãos enquanto eu estava pendurado; e a esperança de que ela me desse sua outra mão, e me puxasse de volta, não passou de uma ilusão. Eu caí.

Talvez o problema tenha sido eu, mas não me arrependo de nada que fiz.

A todo momento fui sincero sobre o que sentia; mas talvez ela devesse ter dito a verdade logo de uma vez: foi lindo o que aconteceu com a gente, mas não dá mais. Me pouparia do sofrimento e a pouparia de usar uma desculpa.

“Eu te amo”, ela disse. Mas um amor como ela descrevia não se acabaria em dias, em semanas. Pensava comigo mesmo:

“talvez eu não fosse bom pra ela”, mas esse não é o ponto. Tudo o que fiz foi tratá-la com respeito, com afeto, com amor; mas parece que, pra ela, eu fui só mais um. Ela precisava de um tempo, e eu dei esse tempo, mesmo eu não querendo isso. Mas foi o melhor a se fazer.

De que adiantaria tê-la ao meu lado, se o que, ou quem, ela queria não estava ali? Eu mesmo respondo:

nada. Eu apenas estaria me enganando.

“Nunca vou esquecer o que aconteceu com a gente, o nosso amor”; não, farei o possível para esquecer, porque, por mais lindo que tenha sido, aquela gota de esperança que ela deixou pingar sobre mim, me machucou ainda mais hoje.

Guardei os bons momentos em uma caixa, e essa caixa... Bem, essa caixa sempre estará ali, quando quiser me lembrar de tudo; mas, como uma caixa de sapato, que guardamos no fundo de um armário, e esquecemos lá, espero que o mesmo aconteça com essas lembranças.

O amor? Não o culpo, mas quero esquecer. Não por raiva, não por ódio a ele, mas por mim, pra que eu possa me sentir bem. Apesar de o amor ser aquilo que nos mantém vivos, eu não estaria vivo por dentro mesmo que eu quisesse. Eu a amei incondicionalmente, com todas as minhas verdades, mas se não era o suficiente: paciência.

Quem sabe, um dia, encontrar alguém para quem o que eu tenho a oferecer realmente valha a pena, alguém que me ame da mesma forma. Até lá desejo a ela toda felicidade do mundo, e pra mim... Bom, pra mim eu desejo que cada dia mais aquelas lembranças sejam esquecidas, e que todas as palavras ditas e digitadas voem pelo ar, e se dispersem com o vento, e, além disso, felicidade plena, aguardando, não desesperadamente, mas sim que inevitavelmente ela apareça; não qualquer uma, mas aquela que Deus modelou.

(TROVA, Vitor. Pensador, Crônicas para se ler em qualquer lugar, 2022.

Adaptado.)

As palavras podem ser classificadas quanto ao número de sílabas em que são compostas. Trata-se de uma palavra paroxítona:

- (A) Dúvida.
- (B) Alguém.
- (C) Possível.
- (D) Também.

4. (Instituto Consulplan - 2024)

Distância

Em uma cidade há um milhão e meio de pessoas; em outra há outros milhões: e as cidades são tão longe uma de outra que nesta é inverno quando naquela é verão. Em cada uma dessas cidades há uma pessoa; e essas duas pessoas tão distantes acaso pensareis que podem cultivar em segredo como plantinha de estufa, um amor à distância?

Andam em ruas tão diferentes e passam o dia falando línguas diversas; cada uma tem em torno de si uma presença constante e inumerável de olhos, vozes, notícias. Não se telefonam nunca; é tão caro, e além disso, que se diriam? Escrevem-se. Mas uma carta leva dias para chegar; ainda que venha vibrando, cálida, cheia de sentimento, quem sabe se no momento em que é lida já não poderia ter sido escrita? A carta não diz o que a outra pessoa está sentindo, diz o que sentia, na semana passada... e as semanas passam de maneira assustadora, os domingos se precipitam mal começam as noites de sábado, as segundas retornam com veemência gritando — “outra semana!” — e as

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (Instituto Consulplan - 2024)

Os 60 primeiros clientes que chegaram na inauguração de uma loja de eletrodomésticos ganharam, cada um, uma ficha com um número que varia de 1 a 60. Considere que existe uma única ficha com cada numeração. De acordo com essa situação, qual a probabilidade do primeiro cliente receber uma ficha com um número múltiplo de 3 ou de 7?

- (A) $\frac{13}{30}$
 (B) $\frac{14}{30}$
 (C) $\frac{15}{30}$
 (D) $\frac{16}{30}$

2. (Instituto Consulplan - 2024)

Uma turma do 5º ano do ensino fundamental estava praticando multiplicação através de um bingo, que funciona da seguinte forma: a professora sorteia dois números naturais de uma sacola e os alunos devem fazer a multiplicação entre os dois números e marcar o resultado na cartela. À medida que os números são sorteados e já não há mais combinações possíveis, eles são retirados da sacola. Ao final do bingo restaram apenas dois números 7 e dois números 9 para serem sorteados.

<table><tr><td>36</td><td>42</td><td>63</td></tr><tr><td>18</td><td>18</td><td>27</td></tr><tr><td>08</td><td>12</td><td>56</td></tr></table> Alice	36	42	63	18	18	27	08	12	56	<table><tr><td>36</td><td>42</td><td>12</td></tr><tr><td>18</td><td>18</td><td>27</td></tr><tr><td>08</td><td>12</td><td>81</td></tr></table> Camila	36	42	12	18	18	27	08	12	81
36	42	63																	
18	18	27																	
08	12	56																	
36	42	12																	
18	18	27																	
08	12	81																	
<table><tr><td>36</td><td>42</td><td>49</td></tr><tr><td>18</td><td>56</td><td>27</td></tr><tr><td>08</td><td>12</td><td>18</td></tr></table> Bruno	36	42	49	18	56	27	08	12	18	<table><tr><td>36</td><td>49</td><td>24</td></tr><tr><td>18</td><td>18</td><td>09</td></tr><tr><td>08</td><td>12</td><td>81</td></tr></table> Daniel	36	49	24	18	18	09	08	12	81
36	42	49																	
18	56	27																	
08	12	18																	
36	49	24																	
18	18	09																	
08	12	81																	

Observando as cartelas dos alunos, qual deles possui maior probabilidade de vencer o bingo?

- (A) Alice.
 (B) Bruno.
 (C) Camila.
 (D) Daniel.

3. (Instituto Consulplan - 2023)

Em uma pesquisa realizada com 250 guardas municipais de Vila Velha/ES, constatou-se que 20% dos servidores possuem nível superior de formação e que, entre estes graduados, 40% possuem alguma pós-graduação. Assim, caso seja sorteado um dos servidores participantes da pesquisa, qual é a probabilidade de que ele possua uma pós-graduação?

- (A) 5%
- (B) 8%
- (C) 10%
- (D) 20%

4. (Instituto Consulplan - 2023)

Escolhendo-se um dos 4 auxiliares aleatoriamente, a probabilidade de que a média de desempenho dele esteja entre 6,0 e 7,5 corresponde a:

- (A) 25%.
- (B) 50%.
- (C) 75%.
- (D) 80%.

5. (Instituto Consulplan - 2024)

Em certo bairro da cidade X residem 1.600 pessoas, das quais 1.120 possuem 40 anos ou mais. Entre os moradores do bairro que possuem menos de 40 anos, 10% nasceram na cidade X. Já para os moradores que possuem 40 anos ou mais, essa porcentagem sobe para 80%. Se um morador desse bairro for escolhido ao acaso, e sabendo que ele nasceu na cidade X, qual a probabilidade de que ele possua 40 anos ou mais?

- (A) $\frac{13}{19}$
- (B) $\frac{28}{59}$
- (C) $\frac{17}{19}$
- (D) $\frac{56}{59}$

6. (Instituto Consulplan - 2022)

Luciana vende produtos femininos de porta em porta no seu bairro. A probabilidade de que ela consiga uma venda ao visitar uma cliente é 0,3. Considerando que as escolhas de compra entre as diferentes clientes constituem eventos independentes, então a probabilidade de que Luciana faça pelo menos uma venda em três visitas distintas é dada por:

- (A) 0,343
- (B) 0,476
- (C) 0,524
- (D) 0,657

7. (Instituto Consulplan - 2024)

Uma fábrica de café possui 3 máquinas (A, B e C) que são capazes de empacotar os cafés produzidos. De acordo com a produção da fábrica, 40% dos cafés são empacotados pela máquina A; 35% dos cafés são empacotados pela máquina B, e a produção restante de café é empacotada pela máquina C. Além disso, sabe-se que 5% dos cafés empacotados pela máquina A são do tipo extra forte, enquanto que para as máquinas B e C essa porcentagem é de 4% e 6%, respectivamente. Se um pacote de café dessa fábrica é selecionado aleatoriamente, qual a probabilidade de ser um café do tipo extra forte?

- (A) 0,045.
- (B) 0,049.
- (C) 0,053.
- (D) 0,057.

8. (Instituto Consulplan - 2025)

Durante um estudo sobre processos cognitivos relacionados à linguagem, analisou-se a capacidade dos participantes de formar e interpretar anagramas. Escolhendo aleatoriamente um dos anagramas da palavra MENTAL, qual é a probabilidade de suas primeira e última letras serem consoantes?

- (A) $\frac{1}{5}$
- (B) $\frac{2}{5}$
- (C) $\frac{3}{5}$
- (D) $\frac{4}{5}$

9. (Instituto Consulplan - 2024)

Dados os conjuntos $A = \{a, c, e, f, g, j\}$, $B = \{a, b, c, d, e\}$ e $C = \{a, g, h, i, j, k, l\}$. Qual os elementos do conjunto $(A \cup B) \cap C$?

- (A) $\{a, g, j\}$
- (B) $\{a, c, f, g\}$
- (C) $\{a, b, c, d, e\}$
- (D) $\{a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l\}$

INFORMÁTICA

1. (Instituto Consulplan - 2025)

A ferramenta Mostrar/Ocultar no Microsoft Word 365 é um recurso útil para identificar problemas de layout e garantir que o texto esteja formatado corretamente antes de finalizar o documento. Considerando essa função do software, são caracteres exibidos ao ativar o recurso, EXCETO:

- (A) Espaços.
- (B) Linhas de grid.
- (C) Hífen opcionais.
- (D) Quebras de seção.
- (E) Parágrafos invisíveis.

2. (Instituto Consulplan - 2024)

Durante as atividades laborais em um documento do Word, é de suma importância salvar as modificações realizadas no documento; para isso, o Word possui as opções “Salvar” e “Salvar como”. A escolha entre essas opções depende das necessidades e do que se deseja fazer com o documento. Sobre a opção “Salvar como” do Microsoft Word 2019 (Configuração Padrão – Idioma Português Brasil), analise as afirmativas a seguir.

I. A opção serve somente para atualizar e gravar as alterações feitas em um documento existente.

II. A opção auxilia na criação de versões alternativas do mesmo documento com pequenas ou significativas modificações, sem afetar o original, salvando-o com outro nome.

III. A opção serve para converter o documento para um formato de arquivo diferente, como PDF, RTF, HTML, ou outros formatos suportados.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.

3. (Instituto Consulplan - 2024)

“É uma função de formatação de texto presente no Microsoft Word, que fornece destaque mais grosso e pronunciado ao texto; geralmente é empregado para dar ênfase significativa a palavras ou frases, destacar informações importantes ou criar contraste com o texto regular.” O texto se refere à função de:

- (A) Aspas.
- (B) Itálico.
- (C) Negrito.
- (D) Sublinhado.

4. (Instituto Consulplan - 2024)

O recurso de marcadores e numeração do Microsoft Word é essencial para aqueles que trabalham com o programa no escritório ou em casa, especialmente ao realizar trabalhos acadêmicos. Para adicionar um marcador (*bullet points*) a uma lista em um documento Word deve-se:

- (A) Pressionar a tecla TAB no início de cada linha da lista.
- (B) Apertar em conjunto a tecla SHIFT + M no início de uma lista
- (C) Selecionar toda a lista, em seguida, clicar na guia “Design” e, no grupo listas, clicar em “Inserir Marcadores”.
- (D) Selecionar toda a lista, acessar a guia “Página Inicial” e, em seguida, no grupo Parágrafo, clicar em “Marcadores”.

5. (Instituto Consulplan - 2024)

“O editor de textos Microsoft Office Word 2019 (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil) permite que o usuário abra diversos documentos distintos de forma simultânea. Considerando uma situação hipotética, na qual determinado usuário abriu os arquivos ProvaA.docx, ProvaB.docx, ProvaC.docx e ProvaD.docx, uma forma de alternar a visualização desses documentos internamente pelo editor de textos é clicar no botão _____, na sessão _____ da guia _____ e selecionar o documento desejado.”

Assinale a alternativa que completa correta e se-
quencialmente a afirmativa anterior.

- (A) Alternar Janelas / Janela / Exibir
- (B) Alternar Documentos / Janela / Exibir
- (C) Alternar Janelas / Mostrar / Página Inicial
- (D) Alternar Documentos / Mostrar / Página Inicial

6. (Instituto Consulplan - 2024)

Ao iniciar um “Novo Documento do *Microsoft Word*”, no Microsoft Word 2019 (Configuração Padrão – Idioma Português Brasil), o documento já se inicia com a fonte Calibri definida pela Microsoft desde as versões anteriores do software. A ABNT NBR 14724:2011 dita diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos; as fontes recomendadas são: Times New Roman ou Arial. Qual dos caminhos a seguir deve ser acessado para alterar a fonte de um “Novo Documento do Microsoft Word”?

- (A) Guia “Exibir”; Grupo “Fonte”; e, selecionar a fonte desejada.
- (B) Guia “Inserir”; Grupo “Fonte”; e, selecionar a fonte desejada.
- (C) Guia “Referências”; Grupo “Fonte”; e, selecionar a fonte desejada.
- (D) Guia “Página Inicial”; Grupo “Fonte”; e, selecionar a fonte desejada.

7. (Instituto Consulplan - 2024)

O *Microsoft Word*, embora seja frequentemente associado à edição e formatação de textos, ele também oferece ferramentas para a criação e a formatação de tabelas, sendo uma maneira versátil para personalizar e organizar um documento. Considerando a manipulação de tabelas no MS-Word, analise as afirmativas a seguir.

I. Para ajustar o tamanho de uma coluna em uma tabela no Microsoft Word, basta passar o cursor sobre a borda da coluna, clicar e arrastar.

II. Após criar uma tabela, é possível adicionar ou excluir linhas e colunas conforme necessário.

III. O *MS-Word* não possui a opção de mesclar células em uma tabela; essa funcionalidade é exclusiva do MS-Excel.

IV. O *Word* inclui uma variedade de estilos predefinidos para tabelas, que permitem personalizar a aparência das células, bordas e fundo, proporcionando uma apresentação visualmente atraente e consistente em documentos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.

8. (Instituto Consulplan - 2024)

Um certo usuário utilizou o *Word* para *Microsoft* 365 para realizar o processo de construção de um extenso trabalho acadêmico. Após diversos dias efetuando a digitação do trabalho, ele se queixou, por vezes, de um cansaço visual devido às características da página na cor branca, que é utilizada de forma padrão na ferramenta. Após realizar pesquisas na internet e consultar técnicos especializados em informática, o usuário foi instruído sobre um determinado recurso, disponível nessa ferramenta, que proporciona um esquema de cores escuras para os controles do menu e para o plano de fundo do documento. Considerando a ferramenta utilizada e as características citadas, o recurso indicado foi:

- (A) Tela Escura.
- (B) Plano Escuro.
- (C) Modo Escuro.
- (D) Descanso Visual.

9. (Instituto Consulplan - 2024)

Joana está revisando um documento no *Word* 2019 e percebeu que o nome de um produto foi digitado incorretamente várias vezes ao longo do texto. Para corrigir todas as ocorrências do erro de forma rápida, ela decide usar a função “Substituir”. Sobre a função “Substituir” no *Word*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Só permite substituir palavras, não frases completas.
- (B) Permite ao usuário reverter alterações feitas após a substituição.
- (C) Pode ser usada para substituir palavras, frases e formatações de texto.
- (D) Pode ser acessada através da aba “Revisão” e depois clicando em “Substituir”.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (Instituto Consulplan - 2025)

TÍTULO I - Dos Princípios Fundamentais Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Tendo por base motivacional o trecho anterior extraído da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, quanto à autonomia municipal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Autonomia municipal não implica em capacidade de autogoverno.
- (B) A autonomia municipal propicia ao município, unicamente, a possibilidade de autoadministração.
- (C) A Constituição Federal conferiu autonomia e soberania aos municípios, assim como aos demais entes federativos.
- (D) Como integrantes do sistema federativo, os municípios têm o mesmo grau de autonomia e de soberania que a União, os Estados e o Distrito Federal.
- (E) A essência da autonomia municipal implica na capacidade decisória quanto aos interesses locais, sem delegação ou aprovação hierárquica, e no direito de autogoverno, que determina a eleição do chefe do Poder Executivo e dos representantes no Legislativo.

2. (Instituto Consulplan - 2025)

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito, dividido em Poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes e harmônicos entre si. Considerando o que dispõe a Constituição Federal, relacione adequadamente as colunas com relação à República Federativa do Brasil.

1. Fundamentos.
2. Objetivos Fundamentais.
3. Princípios nas Relações Internacionais.

- () Garantir o desenvolvimento nacional.
- () Defesa da paz.
- () Soberania.
- () Cidadania.
- () Igualdade entre os Estados.
- () Pluralismo político.
- () Prevalência dos direitos humanos.

A sequência está correta em

- (A) 1, 2, 1, 2, 3, 3, 1.
- (B) 1, 3, 2, 3, 2, 2, 3.
- (C) 2, 2, 3, 1, 2, 1, 2.
- (D) 2, 3, 1, 1, 3, 1, 3.

3. (Instituto Consulplan - 2024)

Os Princípios Fundamentais, também chamados de Princípios Constitucionais, formam a base de toda a organização do Estado brasileiro. Neste sentido, considere o princípio que é tido como um objeto e um direito fundamental das pessoas; representa um verdadeiro status do ser humano; assegura o direito de participação na vida política do Estado; sua previsão, com o fundamento do Estado brasileiro, exige que o poder público incentive a participação popular nas decisões políticas do Estado.

Está intimamente ligado ao conceito de democracia, pois supõe que o cidadão se sinta responsável pela construção de seu Estado, pelo bom funcionamento das instituições. Trata-se do Princípio Constitucional da:

- (A) Cidadania.
- (B) Soberania.
- (C) Iniciativa popular.
- (D) Valorização do trabalho e da livre iniciativa.

4. (Instituto Consulplan - 2022)

Além de determinar os princípios fundamentais que regem a República Federativa do Brasil, a Constituição de 1988 também dispõe sobre a sua organização político-administrativa. Sobre a moldura principiológica e organizacional presente na Constituição, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) O princípio da determinação dos povos pode servir como base para o exercício do direito de secessão pelos Estados-membros.
- (B) A União, Estados e Municípios, apesar de ser o país um Estado Laico, poderão estabelecer alianças com os chefes religiosos a nível local e nacional.
- (C) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil é formada pela União, pelos Estados, pelos Territórios, pelos Municípios e pelo Distrito Federal, todos entes autônomos e com expressa previsão constitucional.
- (D) Os fundamentos da República Federativa do Brasil expressos em seu Art. 1º englobam a cidadania, o pluralismo político, a soberania popular, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- (E) Em sede das relações com países estrangeiros, a Constituição de 1988 adota o princípio da concessão do asilo político, que é ato de soberania estatal, de competência do Presidente da República e passível de controle de legalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

5. (Instituto Consulplan - 2024)

Mariana é cuidadora em uma Casa Lar e precisa tomar decisões diárias baseadas nos direitos fundamentais estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Em uma situação específica, uma criança sob os seus cuidados expressou o desejo de ser ouvida pela equipe técnica do abrigo em relação a um incidente que vivenciou. Considerando os princípios constitucionais e o papel de Mariana como cuidadora, qual das ações a seguir é **INCORRETA**?

- (A) Incentivar a criança a expressar suas opiniões e sentimentos abertamente, garantindo que sua voz seja ouvida pela equipe técnica do abrigo.
- (B) Assegurar que todas as formas de expressão da criança sejam respeitadas, desde que não incitem a violência ou desrespeitem outras pessoas.
- (C) Informar a criança sobre seus direitos e assegurar que ela possa acessar informações de seu interesse particular, respeitando os procedimentos legais de sigilo quando aplicável.
- (D) Não permitir que a criança seja ouvida anonimamente pela equipe técnica do abrigo, pois isso pode comprometer a transparência e a responsabilização necessárias para uma intervenção adequada.

6. (Instituto Consulplan - 2025)

Lúcia, jornalista, publicou uma reportagem investigativa sobre corrupção no âmbito municipal, mencionando nomes de agentes públicos envolvidos e exibindo documentos comprobatórios. Sentindo-se ofendido, um dos citados tentou impedir, judicialmente, novas divulgações, alegando direito à honra e à imagem. Lúcia, por sua vez, afirmou estar amparada por direito fundamental, pois sempre se identificou nas reportagens e apresentou provas de suas denúncias. Com base na Constituição Federal (CF), quanto à proteção dos direitos fundamentais no caso hipotético apresentado, assinale a afirmativa correta.

- (A) O agente público pode restringir a divulgação das reportagens, pois o direito à honra e à imagem sempre prevalece sobre a liberdade de imprensa.
- (B) O direito da jornalista à liberdade de expressão é absoluto, não havendo limites nem possibilidade de responsabilização pelas informações divulgadas.
- (C) A liberdade de expressão e o direito de resposta são garantidos, sendo vedado o anonimato, cabendo eventual indenização em caso de abuso, conforme previsto na CF.
- (D) Antes da publicação de reportagens sobre agentes públicos, a jornalista precisa submeter previamente seu conteúdo à apreciação judicial, sob pena de violar o direito à honra e à imagem dos envolvidos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (Instituto Consulplan - 2023)

O interesse público é tutelado através dos princípios da supremacia e da indisponibilidade. Nesse sentido, os interesses coletivos devem prevalecer sobre o interesse do administrador ou da administração pública, bem como o interesse público não pode se encontrar à disposição do administrador. A supremacia do serviço público é vista na

- (A) realização de licitações.
- (B) concessão do indulto natalino.
- (C) realização de concurso público.
- (D) aplicação de cláusulas exorbitantes.
- (E) obrigação de prestação de contas por parte dos administradores público.

2. (Instituto Consulplan - 2024)

Os Princípios são regras gerais condensadoras dos valores fundamentais de um sistema. Relacione adequadamente os enunciados contidos nos itens a seguir ao Princípio da Administração Pública respectivo:

- I. Atuação conforme a Lei e o Direito.
- II. Divulgação oficial dos atos administrativos, ressaltadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.
- III. Objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.
- IV. Adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

Assinale a alternativa correta.

- (A) I. Legalidade II. Legalidade III. Objetividade IV. Finalidade.
- (B) I. Taxatividade II. Moralidade III. Objetividade IV. Finalidade.
- (C) I. Legalidade II. Legalidade III. Impessoalidade IV. Proporcionalidade.
- (D) I. Legalidade II. Publicidade III. Impessoalidade IV. Proporcionalidade.

3. (Instituto Consulplan - 2024)

Em um município, o gestor deseja implementar um modelo de gestão pública mais eficiente e transparente. Ele defende que a Administração Pública deve ser pautada por princípios que assegurem o bom uso dos recursos públicos e a prestação de serviços de qualidade à população. O gestor também quer garantir que os processos administrativos sejam organizados com base em diretrizes que promovam a ética, a impessoalidade e a legalidade em todas as suas ações. Considerando os princípios da Administração Pública estabelecidos pela Constituição Federal, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() O gestor deve priorizar a eficiência, buscando a melhor aplicação dos recursos públicos, com foco em resultados positivos para a sociedade.

() A gestão pública deve observar o princípio da impessoalidade, garantindo que as decisões administrativas não beneficiem interesses particulares.

() A legalidade não é um princípio obrigatório para a Administração Pública, uma vez que o gestor pode tomar decisões baseadas em critérios pessoais desde que considere os resultados mais benéficos.

() A publicidade dos atos administrativos é essencial para garantir a transparência e o controle social sobre as ações governamentais.

A sequência está correta em

- (A) F, F, V, V.
- (B) F, F, F, F.
- (C) V, F, V, F.
- (D) V, V, F, V.
- (E) V, V, V, F.

4. (Instituto Consulplan - 2026)

São princípios fundamentais das atividades da Administração Federal, de acordo com o Decreto-lei nº 200/1967, **EXCETO**:

- (A) Coordenação.
- (B) Transparência.
- (C) Descentralização.
- (D) Delegação de competência.

5. (Instituto Consulplan - 2022)

“A expressão ‘ato administrativo’ surge como sendo uma decisão de autoridade administrativa ou uma ação, um fato da administração que tenha relação com essas funções (...). Nos primórdios da doutrina francesa, o ato administrativo decorreria da separação entre a jurisdição e a administração, no sentido de fugir à apreciação dos tribunais judiciais (...). Para outros, a base da concepção de ato administrativo se encontra no ‘Estado de Direito.’” São considerados requisitos dos Atos Administrativos:

- (A) Sujeito; legalidade; forma; motivo; e, publicidade.
- (B) Competência; finalidade; forma; motivo; e, objeto.
- (C) Competência; interesse público; forma; e, solenidade.
- (D) Sujeito; discricionariedade; forma; motivação; e, objeto.

6. (Instituto Consulplan - 2023)

Os atos administrativos são ações ou manifestações de vontade emitidas pela Administração Pública, com a finalidade de produzir efeitos jurídicos no âmbito do direito administrativo. São essenciais para o funcionamento do Estado e desempenham um papel indispensável nas relações entre a Administração Pública e os cidadãos. Sobre os atributos dos atos administrativos, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) O primeiro requisito é conhecido como a autoexecutoriedade, que estabelece que os atos administrativos são considerados legais a menos que haja evidência em contrário.
- (B) O segundo requisito é a imperatividade, que significa que a Administração pode executar seus próprios atos sem a necessidade de prévia aprovação do poder Judiciário.
- (C) A imperatividade é um atributo do ato administrativo que implica que, para cada situação específica, deve ser usado um ato administrativo correspondente e típico, o que, naturalmente, restringe a escolha do administrador quanto ao ato a ser empregado.
- (D) A coercibilidade é um atributo que concede à Administração a capacidade de impor penalidades aos administrados por não cumprir os atos emitidos por ela, respeitando o contraditório e a ampla defesa, mesmo que não tenham cometido nenhuma irregularidade, devido ao princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse do particular.

7. (Instituto Consulplan - 2024)

Considerando a classificação doutrinária dos atos administrativos, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Ato extintivo.
2. Ato complexo.
3. Ato de império.
4. Ato de gestão.

- () Locação de imóvel particular.
- () Investidura de Ministro do Supremo Tribunal de Federal.
- () Demissão de servidor público.
- () Aplicação de multa por infração administrativa.

A sequência está correta em

- (A) 4, 2, 1, 3.
- (B) 4, 1, 3, 2.
- (C) 1, 2, 4, 3.
- (D) 2, 4, 3, 1.

8. (Instituto Consulplan - 2023)

Leciona Hely Lopes de Meirelles que o poder hierárquico “é o que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e reaver a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal”. Sobre este poder, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) O poder hierárquico pode ser aplicado aos órgãos consultivos.
- (B) A circunstância de natureza econômica pode ser invocada para justificar a conveniência de um órgão em delegar sua competência a outro.
- (C) A avocação é a transferência de atribuições de um órgão a outro, no aparelho administrativo, representando a denominada avocação horizontal.
- (D) Decorrente do poder hierárquico, a delegação distribui temporariamente a competência somente a um subordinado hierárquico, representando a denominada delegação vertical.

9. (Instituto Consulplan - 2025)

Após o devido processo administrativo, o diretor de uma autarquia aplicou sanções de advertência a servidores que descumpriram normas do Código de Ética do Servidor Público Federal. É correto afirmar que o diretor agiu com base no poder (de):

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

1. (Instituto Consulplan - 2023)

Dentro do almoxarifado, a Curva ABC tem seu uso mais específico para estudos de estoques de acabado, vendas, prioridades de programação da produção, tomada de preços em suprimentos e dimensionamento de estoque. Toda a sua ação tem como fundamento primordial tomar uma decisão e ação rápida que possa levar seu resultado a um grande impacto positivo no resultado da empresa.

Considerando que a curva ABC assim é chamada em razão de dividirmos os dados obtidos em três categorias distintas denominadas classes A, B e C, analise as afirmativas a seguir.

I. Itens da Classe A: são os itens de menor importância, embora volumosos em quantidades, mas com valor monetário reduzidíssimo, permitindo maior espaço de tempo para sua análise e tomada de decisão. Deverão ser tratados, somente, após todos os itens das classes B e C terem sido avaliados. Em geral, somente 5% do valor monetário total representa esta classe, porém, mais de 50% dos itens formam sua estrutura (estes valores são orientativos e não são regras).

II. Itens da Classe B: são os itens intermediários e que deverão ser tratados logo após as medidas tomadas sobre os itens da classe A; são os segundos em importância. Os dados aqui classificados correspondem, em média, a 15% do valor monetário total do estoque e, no máximo, 30% dos itens estudados (estes valores são orientativos e não são regra).

III. Itens da Classe C: são os itens mais importantes e que devem receber toda a atenção no primeiro momento do estudo. É nos itens desta classe que tomaremos as primeiras decisões sobre os dados levantados e correlacionados em razão de sua importância monetária. Os dados aqui classificados correspondem, em média, a 80% do valor monetário total e, no máximo, 20% dos itens estudados (estes valores são orientativos e não são regras).

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.

2. (Instituto Consulplan - 2022)

Considere o levantamento nas requisições dos materiais de escritório em que se constatou a seguinte quantidade de requisições por tipo de produto:

Produto	Quantidade Requisitada
A	20
B	15
C	50
D	10
E	5
F	40
G	10
H	20
I	15
J	60
K	10
L	5

Após a análise dos dados, considere que os produtos têm o mesmo preço de custo para efeitos de simplificação, aplicando o modelo ABC de estoques sendo que os produtos classificados em A representam, aproximadamente, 73% dos custos; os produtos B representem, aproximadamente, 23% dos custos; e, os produtos C o restante. Assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Os produtos E e L pertencem à classificação B de estoques.
- (B) Os produtos A, C, F, J e H pertencem à classificação A de estoques.
- (C) O produto J está inserido na classificação A, sendo o mais requisitado.
- (D) Os produtos B, D, E, G, H, K, I e M pertencem à classificação B de estoques.

3. (Instituto Consulplan - 2025)

Uma empresa pública decidiu implementar um Sistema de Gerenciamento de Armazém (WMS) para otimizar as operações logísticas em seu centro de distribuição. O WMS é responsável por coordenar atividades como recebimento, armazenamento, separação e expedição de mercadorias, aumentando a eficiência e a precisão das operações. Com base nas funcionalidades de um WMS, assinale a alternativa que NÃO está diretamente relacionada às suas principais funções.

- (A) Planejamento da produção e sequenciamento das ordens de fabricação para reduzir tempos de *setup* de máquinas.
- (B) Controle de estoque em tempo real, com a identificação de níveis de inventário e localização exata dos produtos no armazém.
- (C) Otimização das rotas internas para movimentação e separação de pedidos para reduzir o tempo de deslocamento no armazém.
- (D) Geração de relatórios sobre desempenho operacional, como taxas de ocupação de armazém e tempo médio de processamento de pedidos.

4. (Instituto Consulplan - 2024)

A distribuição física consiste na utilização dos canais existentes para distribuição e facilidades operacionais, com a finalidade de maximizar a sua contribuição para lucratividade da empresa, por intermédio de um equilíbrio entre as necessidades de atendimento ao cliente e o custo incorrido, atendendo, a partir da natureza do negócio, das características do produto e mercado a que se destina trabalhar, a organização da distribuição de forma diferente e estabelecida com o objetivo de obter uma perfeita distribuição dos produtos acabados, dentro do menor custo operacional possível.

(DIAS, 1987, 2010.

Considerando as diferentes circunstâncias para entrega, são métodos de distribuição:

- (A) Produção em ritmo acelerado; produto de uso supérfluo; material para construção; e, produtos para embalagem; e, conservação.
- (B) Sistema simplificado; embalagem com melhoria de acondicionamento; métodos e procedimentos mais eficazes; e, inovações tecnológicas.

(C) Sistema de vendas próprio; sistema de vendas de terceiros; por meio de agentes e representantes comissionados; e, distribuidores especializados.

(D) Expansão da distribuição; concentração no aumento da demanda; minimização da falta de estoques; e, determinação das relações cliente-fornecedor.

5. (Instituto Consulplan - 2024)

No desenvolvimento do processo de departamentalização, além dos referenciais ligados a teorias e modelos, devem ser considerados alguns aspectos que exercem papel preponderante na solução final, tanto na área formal quanto na informal. São fatores na área formal a serem considerados:

- (A) Processo cultural; processo de controle; custo da estrutura; processo político; e, importância das atividades.
- (B) Processo cultural; processo de coordenação; processo de controle; processo político; e, ênfase na especialização.
- (C) Importância das atividades; ênfase na especialização; custo da estrutura; processo de controle; e, processo político.
- (D) Processo de coordenação; processo de controle; importância das atividades; ênfase na especialização; e, custo da estrutura.

6. (Instituto Consulplan - 2022)

Recente tipo de departamentalização se denomina Organização em Rede Dinâmica (*Network structure*). São consideradas vantagens desse tipo de departamentalização, **EXCETO**:

- (A) Estrutura enxuta.
- (B) Falta de controle local.
- (C) Competitividade global.
- (D) Desafios aos funcionários.
- (E) Flexibilidade de força de trabalho.

7. (Instituto Consulplan - 2025)

Durante sua rotina como oficial administrativo da prefeitura de certo município mineiro, a servidora Dulce se deparou com algumas dificuldades na execução de tarefas, especialmente relacionadas aos processos de comunicação. Tais dificuldades comprometeram a eficácia das tarefas executadas por ela e pelos demais colaboradores do Poder Executivo municipal, conforme descrito a seguir.

DIREITO PENAL

1. (Instituto Consulplan - 2024)

O Presidente da República, preocupado com o aumento significativo de atos de violência em eventos esportivos e com o impacto negativo para a segurança pública, decide editar uma Medida Provisória criando um novo tipo penal para punir esses comportamentos. A Medida Provisória foi aprovada pelo Congresso Nacional e convertida em lei, sem que houvesse impugnações formais. Com base no caso apresentado, na legislação vigente e nos princípios pertinentes, assinale a afirmativa correta.

(A) O princípio da reserva legal é respeitado, desde que a Medida Provisória seja aprovada pelo Congresso Nacional e transformada em lei.

(B) A Medida Provisória não é válida, afrontando o princípio da reserva legal, pois não cabe ao Presidente da República a iniciativa de lei em matéria penal.

(C) A Medida Provisória é inconstitucional, ofendendo o princípio da reserva legal, pois o Presidente da República não pode criar tipos penais incriminadores por esse meio, mesmo que o Congresso Nacional a tenha convertido em lei.

(D) A Medida Provisória é válida, pois a competência para legislar em matéria penal pode ser exercida, em qualquer hipótese, desde que seja de forma provisória, pelo Presidente da República em situações de urgência, excepcionando o princípio da reserva legal.

2. (Instituto Consulplan - 2025)

Durante o estado de calamidade pública decretado em decorrência de uma pandemia, foi promulgada a Lei X, com vigência temporária, que tipificava como crime a elevação abusiva de preços de produtos essenciais à saúde pública. João, comerciante, praticou tal conduta enquanto a lei estava em vigor, mas sua denúncia ocorreu após o término da vigência da referida norma.

Com base nos princípios que regem a lei penal excepcional e temporária e na contagem de prazo penal, assinale a afirmativa correta.

(A) João não poderá ser processado, pois, com o término da vigência da lei temporária, não há mais respaldo jurídico para a persecução penal.

(B) A contagem do prazo de vigência da lei temporária inclui o primeiro dia e exclui o último, sendo possível aplicá-la a condutas que ocorram fora desse intervalo.

(C) O término da vigência da lei temporária não afeta a responsabilidade penal de João, pois as leis temporárias produzem efeitos retroativos em relação às condutas praticadas durante sua vigência.

(D) As leis temporárias e excepcionais regem os fatos praticados durante sua vigência, mesmo após cessarem os motivos que justificaram sua criação, mantendo a responsabilidade penal de João.

(E) A responsabilidade penal de João subsiste apenas se a denúncia for oferecida durante a vigência da lei temporária, pois o encerramento de sua vigência extingue automaticamente sua aplicação.

3. (Instituto Consulplan - 2025)

Durante um cenário de instabilidade política e social, o Congresso Nacional editou, em 01/03/2023, duas normas penais: a primeira, uma lei penal excepcional, destinada a regular comportamentos e punir condutas durante um período de grave crise nacional, sem prazo definido de vigência; a segunda, uma lei penal temporária, instituída com vigência expressamente limitada a noventa dias, para garantir a segurança em grandes eventos ocorridos naquele período. Em 15/05/2023, João praticou um fato típico previsto na lei excepcional e um fato típico previsto na lei temporária. Ressalta-se que as circunstâncias que motivaram a edição da lei excepcional cessaram em 25/05/2023. Além disso, o prazo de vigência da lei temporária expirou em 31/05/2023.

Com base no Código Penal e na jurisprudência consolidada, analise a aplicabilidade dessas normas no caso descrito e assinale a afirmativa correta.

(A) Será aplicada apenas a lei excepcional ao fato praticado por João, independentemente de as condições que justificaram sua edição.

(B) O fato praticado por João durante a vigência da lei excepcional será regido por ela. Da mesma forma, o fato típico praticado durante a vigência da lei temporária será regido pela mesma, mesmo após expirado seu prazo de vigência.

(C) A lei excepcional será aplicada ao fato praticado por João, ainda que as circunstâncias que a motivaram tenham cessado. Da mesma forma, a lei temporária será aplicada a qualquer fato típico por ela previsto, mesmo após o término de seu prazo de vigência.

(D) O fato praticado por João durante a vigência da lei excepcional estará sujeito a ela enquanto perdurarem as circunstâncias que motivaram sua edição. Já o fato típico previsto na lei temporária continuará sendo punido, ainda que seu prazo de vigência tenha expirado.

(E) A lei excepcional não será aplicada ao fato praticado por João, independentemente de as circunstâncias extraordinárias que a motivaram já terem cessado. Contudo, a lei temporária só será aplicada aos fatos praticados dentro do prazo expressamente delimitado por sua vigência.

4. (Instituto Consulplan - 2025)

Tendo em vista o grande aumento de crimes contra o patrimônio sempre no primeiro semestre de cada ano, em 1º de janeiro de 2023, foi publicada uma lei penal temporária que introduziu uma causa de aumento de pena de 1/3 para crimes de furto (Art. 155 do Código Penal), desde que praticados entre 1º de janeiro de 2023 e 30 de junho de 2023. Alan praticou um furto no dia 15 de março de 2023, ou seja, durante o período de vigência da referida lei. Contudo, na data do julgamento, ocorrida em 1º de agosto de 2023, a lei penal temporária já não estava mais em vigor. Diante desse contexto hipotético, da legislação vigente e do entendimento dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

(A) Como a lei penal temporária não está mais em vigor, a causa de aumento nela prevista não se aplica à conduta de Alan.

(B) O Juiz poderá ou não aplicar a causa de aumento prevista na lei penal temporária, a depender da análise concreta do caso.

(C) Houve *abolitio criminis* em relação à causa de aumento prevista na lei penal temporária; portanto, essa não se aplica a Alan.

(D) Alan deverá responder com a incidência da causa de aumento prevista na lei penal temporária, mesmo que tal normativa não esteja mais em vigor.

5. (Instituto Consulplan - 2021)

São princípios aplicáveis na solução do conflito aparente de normas penais, **EXCETO**:

(A) Exação.

(B) Consunção.

(C) Especialidade.

(D) Subsidiariedade.

6. (Instituto Consulplan - 2023)

Carlos, brasileiro nato, viajou à Alemanha com a finalidade de assumir o transporte de um carregamento de drogas ilícitas destinadas à Inglaterra. Na Alemanha, já em posse da droga, o veículo conduzido por Carlos foi interceptado pela polícia, mas ele conseguiu se desvencilhar da abordagem, escapar e retornar ao Brasil. Na Alemanha, a conduta de Carlos configura o crime de tráfico ilícito de drogas, punível com a restrição da liberdade. Sobre a situação narrada, assinale a alternativa que encontra correspondência com as normativas estabelecidas no Código Penal.

(A) Carlos será responsabilizado de acordo com a lei brasileira, ainda que absolvido na Alemanha.

(B) Poderá ser aplicada a lei brasileira ao fato ocorrido na Alemanha, com base no princípio da proteção.

(C) Se Carlos for condenado na Alemanha pelo crime de tráfico ilícito de drogas, poderá ser processado e julgado pelo mesmo fato no Brasil, caso haja requisição do Ministro da Justiça.

(D) A responsabilização de Carlos nos moldes da lei brasileira poderá ocorrer, desde que ele não seja absolvido ou perdoado na Alemanha ou ocorra a extinção da sua punibilidade, e que a lei brasileira autorize a extradição nos casos de tráfico ilícito de drogas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (Instituto Consulplan - 2025)

Considere o caso de um processo por crime de imprensa em tramitação no Brasil, em que a lei específica sobre a imprensa é omissa quanto a determinado procedimento processual. À luz das normas do Código de Processo Penal e dos princípios gerais, assinale a alternativa que apresenta a conduta correta a ser adotada em situações de omissão das leis especiais, considerando os princípios gerais e dispositivos pertinentes.

(A) Deve-se aplicar imediatamente a lei processual penal nova mesmo aos atos já praticados, independentemente de eventual prejuízo processual.

(B) Aplicar-se-ão subsidiariamente as normas do Código de Processo Penal, desde que não exista previsão contrária na lei especial que trata dos crimes de imprensa.

(C) O juiz deverá suspender o processo até que sobrevenha norma específica regulando a omissão detectada, por impossibilidade de aplicação do Código de Processo Penal.

(D) Os tratados internacionais que não versam sobre direitos humanos prevalecerão sobre o Código de Processo Penal nos processos de crimes de imprensa, não havendo aplicação subsidiária do referido Código.

2. (Instituto Consulplan - 2024)

Consagrado em todas as constituições brasileiras, exceto na de 1937, constitui uma garantia de limitação dos poderes do Estado, que não pode instituir juízo ou tribunal de exceção para julgar determinadas matérias nem criar juízo ou tribunal para processar e julgar um caso específico. Tais informações dizem respeito ao princípio constitucional do(a)

(A) juiz natural.

(B) devido processo legal.

(C) competência do juiz *a quo*.

(D) imutabilidade jurisdicional.

3. (Instituto Consulplan - 2024)

Os princípios fundamentais do processo penal são mandamentos nucleares que vincularão toda dogmática jurídica processual. Nesse diapasão, a vedação de tribunais *pos facto* se afigura como meio idôneo de garantir o respeito ao princípio do(a)

(A) *favor rei*.

(B) juiz natural.

(C) busca pela verdade real.

(D) presunção de inocência.

4. (Instituto Consulplan - 2024)

São fontes formais imediatas do processo penal:

(A) União Federal e Constituição Federal.

(B) União Federal, Constituição Federal, Leis Complementares.

(C) Constituição Federal e Legislação Federal Infraconstitucional.

(D) União Federal, Princípios Gerais do Direito, Direito Comparado, Costumes.

5. (Instituto Consulplan - 2024)

Tendo em conta os princípios de Direito Processual Penal, com base na Constituição da República de 1988, no Código de Processo Penal e na jurisprudência do STF e do STJ, analise as afirmativas a seguir e assinale a correta.

(A) Durante a investigação criminal, a defesa técnica é sempre imprescindível, em razão da observância dos princípios do contraditório e ampla defesa do acusado constitucionalmente previstos.

(B) O princípio do duplo grau de jurisdição tem previsão expressa na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, promulgada pelo Decreto nº 678, de 06/11/1992; contudo, não possui previsão expressa em nossa Constituição da República de 1988.

(C) A publicidade restrita é regra geral dos atos processuais no processo penal, ao passo que a publicidade ampla é exceção e ocorre nas situações expressamente e exclusivamente previstas em lei, dependendo de decisão judicial, logo sendo casuística.

(D) O princípio da oficialidade constitui-se em um desdobramento da legalidade, significando que a autoridade policial e o Ministério Público devem agir ex officio visando à apuração dos crimes de ação penal pública incondicionada, não devendo, salvo as hipóteses que exigem representação do ofendido ou requisição do Ministro da Justiça, aguardar a provocação de eventuais interessados.

6. (Instituto Consulplan - 2021)

“Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.”

O Princípio traduzido por esta afirmativa é o da:

- (A) Ampla defesa.
- (B) Paridade de armas.
- (C) Plenitude da defesa.
- (D) Presunção da inocência.

7. (Instituto Consulplan - 2021)

O princípio *Nemo tenetur se detegere* é um dos princípios fundamentais do Processo Penal brasileiro. Tal princípio estabelece que:

- (A) Ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo.
- (B) O Processo Penal se pauta na busca da verdade real dos fatos.
- (C) São inadmissíveis, no Processo Penal, as provas obtidas por meios ilícitos.
- (D) Todas as pessoas têm direito ao conhecimento prévio do teor da acusação.
- (E) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença condenatória.

8. (Instituto Consulplan - 2026)

Durante a apuração de possível crime federal de ação penal pública incondicionada, ocorrido em território brasileiro, o delegado de polícia instaurou inquérito policial após receber comunicação formal dos fatos. No curso da investigação, o Ministério Público Federal, ao analisar os autos, entendeu que ainda seriam necessárias novas diligências para o completo esclarecimento da autoria e materialidade, motivo pelo qual requereu o arquivamento do inquérito para posterior reabertura, caso surgissem novos elementos.

À luz das disposições do Código de Processo Penal (CPP) sobre o inquérito policial, quanto à providência juridicamente cabível no caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

(A) A autoridade policial pode arquivar o inquérito policial por iniciativa própria, quando entender que a investigação está incompleta.

(B) O arquivamento do inquérito pode ser determinado diretamente pelo Ministério Público, desde que fundamentado na necessidade de novas diligências investigativas.

(C) O Ministério Público não pode requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, salvo para a realização de diligências imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

(D) O Ministério Público não pode requerer o arquivamento do inquérito policial, sendo-lhe permitido apenas requisitar diligências imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

9. (Instituto Consulplan - 2025)

Tendo por base as disposições do Código de Processo Penal a respeito do inquérito policial, analise as afirmativas a seguir.

I. Ao delegado de polícia é vedado decidir sobre o momento mais oportuno de juntada das declarações de vítimas e testemunhas aos autos do inquérito policial porque, tão logo colhidos e diligenciados, os elementos de prova devem estar disponíveis aos defensores dos investigados.

II. É irrecorrível a decisão que indefere o pedido de abertura de inquérito policial.

III. Por se tratar de procedimento oficioso, o inquérito policial sempre deverá ser instaurado de ofício pela autoridade policial.

IV. Ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

Assinale a alternativa correta.

- (A) As afirmativas I e IV estão corretas.
- (B) Apenas a afirmativa IV está correta.
- (C) Apenas a afirmativa I está incorreta.
- (D) As afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão incorretas.

DIREITO CIVIL

1. (Instituto Consulplan - 2024)

O início da personalidade civil e a extensão de sua tutela aos natimortos é matéria controversa amplamente discutida na doutrina e jurisprudência. Todavia, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro codificado, é correto afirmar que:

- (A) A personalidade jurídica se inicia com a concepção.
- (B) Desde a concepção são postos a salvo os direitos do nascituro.
- (C) Ao natimorto é indeferida tutela aos direitos da personalidade.
- (D) Às questões emergentes da reprodutiva humana se aplica regramento disposto no código civil a respeito do início da personalidade.

2. (Instituto Consulplan - 2023)

O Código Civil de 2002, de forma análoga ao Código de 1916, inaugurou a sua parte geral com o tratamento jurídico das pessoas naturais. Para tanto, o Código atual estabeleceu em seu Art. 1º que *“toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil”*. A norma transcrita introduz, em linhas gerais e em sentido amplo, o tratamento jurídico da capacidade. Sobre a teoria geral da capacidade e da personalidade no direito civil, é correto afirmar que

- (A) são relativamente incapazes os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- (B) no tocante aos direitos da personalidade, o nome da pessoa não pode ser empregado em publicações que a exponham ao desprezo público. O pseudônimo, por sua vez, goza de proteção diferente daquela reservada ao nome civil da pessoa.
- (C) à luz dos direitos da personalidade e em conformidade com o direito civil brasileiro, é correto afirmar que a disposição do próprio corpo é permitida para depois da morte, para fins científicos, vedada a possibilidade de revogação do ato de disposição.
- (D) os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, os menores de dezesseis anos e aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade, são, respectivamente, relativamente incapazes, relativamente incapazes, absolutamente incapazes e relativamente incapazes.

3. (Instituto Consulplan - 2022)

De acordo com o Código Civil, será registrada em registro público a sentença:

- (A) De divórcio.
- (B) Declaratória de ausência.
- (C) Que reconhecer a filiação.
- (D) Que decretar nulidade ou anulação do casamento.

4. (Instituto Consulplan - 2022)

No que se refere à personalidade e à capacidade, nos moldes do Código Civil, depende de averbação em registro público:

- (A) Sentença declaratória de ausência.
- (B) Interdição por incapacidade relativa.
- (C) Ato judicial que reconhece a filiação.
- (D) Emancipação outorgada por sentença judicial.

5. (Instituto Consulplan - 2021)

A personalidade possui certos atributos, dentre eles se encontra a capacidade, além do nome e do estado. É certo que, no que tange à capacidade de fato, podemos classificar as pessoas naturais em absolutamente incapazes, relativamente incapazes e capazes. São considerados absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- (A) Os pródigos.
- (B) Os menores de 16 (dezesseis) anos.
- (C) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- (D) Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

6. (Instituto Consulplan - 2020)

Dois irmãos viajavam em férias. Houve um acidente com o helicóptero que os transportavam, tendo este explodido no ar sem deixar sobreviventes. Sobre a situação descrita, observado o Código Civil brasileiro, presume-se:

- (A) A morte simultânea de ambos.
- (B) Que o solteiro morreu primeiro.
- (C) Que o mais velho morreu primeiro.
- (D) Que o mais jovem morreu primeiro.

7. (Instituto Consulplan - 2025)

Júlia, uma advogada renomada e ativista pelos direitos humanos, licenciou o uso de seu nome para ser utilizado em uma campanha publicitária de determinada marca de cosméticos veganos, conhecida por suas práticas éticas. O contrato, que não limitava a duração do uso e concedia ampla liberdade criativa à agência, estabelecia uma contrapartida financeira para Júlia. No entanto, após a veiculação da campanha, a marca foi acusada de utilizar trabalho infantil em uma de suas fábricas clandestinas, resultando em um escândalo. A reputação de Júlia, vinculada à marca, sofreu grave abalo, e ela passou a ser alvo de intenso desprezo público e ataques em redes sociais. Diante da situação hipotética e, ainda, com base na proteção dos elementos inerentes à pessoa, assinale a afirmativa correta.

- (A) A cessão do nome de Júlia é irrenunciável e intransmissível, conforme a legislação vigente, tornando o contrato nulo de pleno direito.
- (B) A limitação voluntária do uso do nome é válida e irrevogável, pois Júlia consentiu de forma livre com o uso de seu nome na campanha publicitária.

(C) Júlia não pode invocar a proteção legal de seu nome, pois a utilização em publicações é permitida, desde que haja autorização prévia, como ocorreu no caso.

(D) Júlia poderá pleitear judicialmente a proibição do uso de seu nome na campanha, independentemente de ter havido, por parte da empresa, a intenção de difamá-la, e poderá requerer perdas e danos pelo abalo à sua reputação.

8. (Instituto Consulplan - 2024)

Henrique, maior de idade, sofreu um acidente de trânsito e como resultado foi internado em hospital e declarado em estado vegetativo irreversível por laudo médico. Antes do acidente, ele havia lavrado “testamento vital”, devidamente registrado em cartório, onde deixava expressas instruções para que não fossem utilizados métodos artificiais para manutenção da sua vida, tanto através de aparelhos quanto através de atos de ressuscitação e/ou esforços para mantê-lo vivo, caso se encontrasse em estado vegetativo ou coma permanente ou irreversível. A esposa de Henrique, Clara, ordenou aos médicos do hospital que mantenassem os aparelhos ligados, bem como o marido vivo a qualquer custo. A mãe de Henrique contestou a ordem e deseja que a vontade do filho permaneça. Analisando a hipótese, a afirmativa correta sobre a solução jurídica para o caso é:

(A) O testamento vital, embora não previsto em lei, é aceito pela jurisprudência e doutrina como ato válido relativo ao direito da personalidade do indivíduo. Desta feita, tendo sido feito por Henrique, registrado em cartório e deixando clara a maneira como prefere que seja tratado na situação em que se encontra. Este deve ser respeitado e considerado válido.

(B) O testamento vital não possui base legal no direito brasileiro e não é aceito nem pela doutrina, nem pela jurisprudência enquanto documento hábil à determinação de tratamento a ser efetivado no seu autor. Desta feita, aplicadas as regras gerais do Direito Civil ao caso, a curatela e decisão sobre o mérito são da mãe de Henrique. Nesse sentido, a sua ordem deve prevalecer.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (Instituto Consulplan - 2022)

Em determinado processo o despacho ordenando a citação foi realizado na vigência do Código de Processo Civil de 1973. Entretanto, a citação apenas ocorreu quando já vigente o Código de 2015. Nesta hipótese:

- (A) Valem as regras do CPC de 1973, ante o princípio do isolamento dos atos processuais.
- (B) Valem as regras do CPC de 2015, visto que a citação só se aperfeiçoou nesta vigência.
- (C) Aplicam-se ambos os diplomas legais, sendo um para análise da competência e o outro da citação.
- (D) Aplica-se o CPC de 2015, ante o princípio de que o tempo rege o ato, no momento de sua prática.

2. (Instituto Consulplan - 2024)

Pode-se conceituar o precedente como uma decisão judicial que, tomada à luz de determinado caso concreto, serve de diretriz para julgamentos posteriores. Portanto, em sentido lato, o precedente é uma decisão judicial que foi tomada em um processo antecedente, sendo que, aquilo que expressa em termos de decisão, vincula casos análogos julgados posteriormente. Foi outorgada força normativa para algumas decisões judiciais, permitindo a sumarização dos processos e maior estabilidade para as decisões judiciais. Dessa forma, é possível afirmar, que o novo sistema processual civil, que adota precedentes judiciais como fonte de direito busca concretizar o princípio da:

- (A) Eficiência.
- (B) Adequação.
- (C) Efetividade.
- (D) Congruência.

3. (Instituto Consulplan - 2022)

No processo civil constitucional implantado pelo Código de 2015, as provas pertencem ao processo e não às partes, devendo ser produzidas em cooperação, tendo o Magistrado o dever de valorar de forma motivada cada prova como independente e autônoma, sem levar em consideração por quem ela foi produzida. O princípio que retrata esta diretriz do Código de Processo Civil (CPC) é o de:

- (A) Persuasão racional.
- (B) Livre convencimento.
- (C) Liberdade das formas.
- (D) Razoabilidade das decisões.

4. (Instituto Consulplan - 2022)

João, juiz de Direito, tomou conhecimento que Pedro teve sua honra atingida através de uma publicação feita no jornal local. Antes mesmo do ofendido se manifestar, mas pressupondo que Pedro recorrerá ao Poder Judiciário para requerer providências em face do autor da aludida publicação e solicitar o pagamento de danos morais, João decide instaurar um processo. Considerando a situação hipotética, a conduta do juiz viola o princípio processual do(a):

- (A) Demanda.
- (B) Juiz natural.
- (C) Contraditório.
- (D) Devido processo legal.

5. (Instituto Consulplan - 2022)

Chegou ao conhecimento do juiz Antônio que João publicou no jornal da cidade algumas mensagens ofensivas contra Maria. Presumindo que aquelas publicações afetaram a honra de Maria e que esta, provavelmente, ingressaria com uma ação por reparação de danos morais, o juiz Antônio resolve instaurar processo judicial em face de João. Assinale a alternativa que indica corretamente qual princípio da jurisdição foi desrespeitado pelo juiz Antônio.

- (A) Inércia.
- (B) Moralidade.
- (C) Proporcionalidade.
- (D) Inafastabilidade da jurisdição.

6. (Instituto Consulplan - 2021)

O princípio dispositivo no Processo Civil brasileiro limita a atuação do Juiz no sentido de:

- (A) Obrigar o julgador a ouvir ambas as partes e seus argumentos, bem como analisar, um a um, em sua decisão.

(B) Apenas poder exercer a jurisdição, utilizando normas expressamente previstas no ordenamento jurídico pátrio.

(C) Vedar a disposição de patrimônio das partes envolvidas no litígio antes de decisão terminativa definitiva de mérito.

(D) Vedar proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

7. (Instituto Consulplan - 2022)

Em relação à jurisdição, pode ser afirmado que é a função que o Estado exerce quando substitui a vontade dos titulares dos interesses em conflito pela vontade do direito objetivo que rege a controvérsia apresentada, promovendo a pacificação individual das partes e da sociedade. Considerando a definição anterior, é correto afirmar que:

(A) A existência da lide é fator determinante para o exercício da jurisdição.

(B) A jurisdição é uma expressão do princípio constitucional da soberania nacional.

(C) Há multiplicidade de jurisdições nacionais, ante a realidade federativa do Estado brasileiro.

(D) Trata-se de atividade monopolizada pelo Estado, que não pode ser exercida por terceiros.

8. (Instituto Consulplan - 2026)

Determinado servidor ajuíza ação previdenciária contra autarquia federal no Juizado Especial Federal (JEF). O valor da causa supera o limite legal. Nessa hipótese:

(A) A competência do JEF é absoluta.

(B) O processo deve ser extinto sem resolução do mérito.

(C) O Juiz deve remeter obrigatoriamente à Justiça Comum.

(D) O autor pode renunciar ao excedente para permanecer no JEF.

9. (Instituto Consulplan - 2025)

Péricles, residente em Porto Velho, ingressou com uma ação de cobrança contra Marcília, que mora em Ji-Paraná/RO, em razão de um contrato firmado entre as partes. O contrato prevê que qualquer litígio será resolvido no foro da Comarca de São Paulo/SP. Péricles, no entanto, ajuizou a demanda na comarca de Porto Velho/RO, onde ele reside, sustentando que seria mais conveniente para ele litigar onde reside.

Marcília, ao ser citada, não apresentou contestação no prazo legal e foi declarada revel. Considere que o contrato entre as partes é um contrato particular comum, relativo a direitos disponíveis e não atrelado a qualquer direito consumerista.

Considerando o caso narrado e as normas de competência no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

(A) A competência do juízo de Porto Velho é relativa, mas, como Marcília não contestou a ação, houve a prorrogação da competência, tornando válido o processamento da demanda neste foro.

(B) O juízo de Porto Velho é absolutamente incompetente para a demanda, uma vez que existe cláusula de eleição de foro, estabelecendo o foro da cidade de São Paulo enquanto o competente para o feito.

(C) O juízo de Porto Velho deveria, *ex officio*, remeter os autos para a comarca de São Paulo, em razão da existência de cláusula válida de eleição do foro, uma vez que a competência é absoluta, inderrogável, e trata-se de questão de ordem pública.

(D) Péricles possui a prerrogativa legal, em respeito ao princípio constitucional de acesso à justiça, de promover a ação no foro da sua residência, ainda que válida a cláusula de eleição de foro, sendo essa a regra processual válida ao caso concreto.

(E) Uma vez que a competência territorial é, por regra, relativa, a existência de cláusula de eleição de foro é irrelevante ao caso, sendo direito de Péricles escolher onde deseja processar a lide e, ainda que não fosse revel, Marcília não poderia arguir a incompetência do juízo de Porto Velho.

10. (Instituto Consulplan - 2025)

Determinado influenciador digital brasileiro, residente em Uberlândia, participou de um evento privado em Salvador. Na ocasião, ele foi filmado sem autorização em situação comprometedora. O vídeo foi publicado por um site de notícias pertencente a uma pessoa jurídica estrangeira com filial em Belo Horizonte. A gravação teve ampla repercussão nas redes sociais no Brasil, causando abalo à imagem do influenciador. Diante da violação à sua honra, ele pretende ajuizar ação de indenização por danos morais.



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!